PARTE I – TEORIA GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA

CAPÍ	TULO I ▶	ACESSO À	I JUSTIÇA	27
1.	INTROD	UÇÃ0		27
2.	DIREITO	HUMAN0	AO ACESSO À JUSTIÇA	28
3.	PROJETO	DE FLOR	ENÇA DE ACESSO À JUSTIÇA (1979)	29
	3.1.	0bstácul	os ao Acesso à Justiça	29
		3.1.1.	Obstáculo econômico	29
		3.1.2.	Obstáculo cultural	29
		3.1.3.	Obstáculo organizacional	29
	3.2.	Ondas R	enovatórias do Acesso à Justiça	30
		3.2.1.	Primeira onda renovatória	30
		3.2.2.	Segunda onda renovatória	31
		3.2.3.	Terceira onda renovatória	31
	3.3.	Releitura	a Contemporânea	32
4.			DE ACESSO À JUSTIÇA (GLOBAL ACCESS TO JUSTICE	33
5.	MODEL	OS DE PRE	STAÇÃO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA	34
	5.1.	Modelo	Pro Bono	34
	5.2.	Modelo	Judicare	34
	5.3.	Salaried	Staff Model	35
	5.4.	Modelo	Misto	36
6.	100 RE	GRAS DE B	rasília sobre o acesso à justiça	36
			ÃO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA E GRATUIDADE DA	39
	INTDOD			20

2.	ANTECE	DENTES H	ISTÓRICOS	39
3.	EVOLUÇ	ão da as	SISTÊNCIA E GRATUIDADE NO BRASIL	40
	3.1.	Período	Colonial e Imperial	40
	3.2.	Brasil Re	publicano	41
	3.3.	Constitui	ição de 1934	43
	3.4.	Constitui	ição de 1937	43
	3.5.	Código d	le Processo Civil de 1939	44
	3.6.	Constitui	ição de 1946	44
	3.7.	Lei n∘ 1.0	060/50	45
	3.8.	Constitui	ição de 1967	46
	3.9.	Código d	le Processo Civil de 1973	47
	3.10.	Constitui	ição de 1988	48
	3.11.	Código d	de Processo Civil de 2015	49
4.	CONCEI	TOS RELAC	CIONADOS À ASSISTÊNCIA E GRATUIDADE	51
	4.1.	Assistên	cia Judiciária	51
	4.2.	Assistên	cia Jurídica	51
	4.3.	Gratuida	de da Justiça	52
CADÍ	TIII O III	N DEEEN	SORIA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA	
				55
1.	INTROD	UÇÃ0		55
2.	ARQUÉT	TIPO CONS	TITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA	56
	2.1.	Trajetóri	as das Reformas Constitucionais	56
	2.2.	Emenda	Constitucional nº 80/2014	58
		2.2.1.	Posição estrutural	59
		2.2.2.	Nova formatação constitucional	60
		2.2.3.	Funções constitucionais expressas/típicas	60
		2.2.4.	Aplicação dos princípios norteadores da ma-	62

		2.2.5. iniciativa de proposta de lei
		2.2.6. Proporcionalidade de Defensores/as
3.	AUTON	IOMIAS CONSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA
	3.1.	Autonomia Funcional
	3.2.	Autonomia Administrativa
	3.3.	Autonomia Financeira
ί .	PRINC	ÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA
	4.1.	Unidade
	4.2.	Indivisibilidade
	4.3.	Independência Funcional
·	СОМР	etências legislativas e defensoria pública
	5.1.	Iniciativa de Proposta de Lei (autonomia legislativa)
	5.2.	Repartição Constitucional de Competência Legislativa
	5.3.	Possível Defensoria Pública Municipal?
ó.	_	NTIAS CONSTITUCIONAIS DOS MEMBROS DA DEFENSORIA PÚ-
	6.1.	Garantias Específicas: inamovibilidade e independência funcional
	6.2.	Irredutibilidade do Subsídio
	6.3.	Estabilidade
'.		ÕES CONSTITUCIONAIS AOS MEMBROS DA DEFENSORIA PÚ-
	7.1.	Exercício da advocacia fora das atribuições institucionais
		∕ ▶ DEFENSORIA PÚBLICA NA LEGISLAÇÃO INTERNA E INTERNA- ÇÕES GERAIS
ı.	INTROI	DUÇÃO
2.	LEI CO	MPLEMENTAR Nº 80/94
	2.1.	Divisão Orgânica da Defensoria Pública Brasileira

	2.1.1.	Defensoria Pública da União	86
	2.1.2.	Defensoria Pública dos Territórios	87
	2.1.3.	Defensoria Pública do Distrito Federal	87
	2.1.4.	Defensoria Pública dos Estados	87
2.2.	•		87
	2.2.1.	Defensoria Pública-Geral	88
	2.2.2.	Subdefensoria Pública-Geral	88
	2.2.3.	Conselho Superior	88
	2.2.4.	Corregedoria-Geral	89
	2.2.5.	Órgãos de atuação	89
	2.2.6.	Órgãos de execução	89
	2.2.7.	Ouvidoria-Geral	89
CONSTI	TUIÇÕES E	STADUAIS E LEIS COMPLEMENTARES ESTADUAIS	90
			91
COLÉGI	O NACION	AL DOS DEFENSORES PÚBLICOS GERAIS (CONDEGE)	91
			91
			92
			92
			92
9.1.	Resoluç	ão 2.656/2011 da OEA	93
9.2.	Resoluçã	ão 2.887/2016 da OEA	94
ASSOCI	AÇÃO INTE	ERAMERICANA DE DEFENSORIAS PÚBLICAS (AIDEF)	94
DEFENS	SOR PÚBLI	CO INTERAMERICANO (DPI)	95
11.1.		•	95
	CONSTI DE LEC (CNDP) COLÉGI CONSEI PÚBLIC ASSOCI (ANADI DIRETE PÚBLIC 9.1. 9.2. ASSOCI DEFENS	2.1.2. 2.1.3. 2.1.4. 2.2. Organiza norama 2.2.1. 2.2.2. 2.2.3. 2.2.4. 2.2.5. 2.2.6. 2.2.7. CONSTITUIÇÕES E DE LEGE FEREND (CNDP)	2.1.2. Defensoria Pública dos Territórios

	11.2.	DPI IIa C	orte interamericana de pireitos humanos	97
	11.3.	DPI na C	Comissão Interamericana de Direitos Humanos	98
	11.4.	Designa	ção do Defensor Público Interamericano	98
CAP	ÍTULO V	▶ OBJETI	IVOS DA DEFENSORIA PÚBLICA	101
1.	INTRO)UÇÃ0		101
2.	PRIMA	ZIA DA DIC	GNIDADE DA PESSOA HUMANA	101
3.	AFIRM	AÇÃO DO E	ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	103
4.	PREVA	LÊNCIA E E	FETIVIDADE DOS DIREITOS HUMANOS	103
5.	GARAN	TIA DOS P	RINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO .	103
CAP	ÍTULO VI	▶ FUNÇÕE	ES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA	105
1.	INTRO	DUÇÃ0		105
2.	ORIEN	TAÇÃO JUR	ÍDICA	108
3.	DEFES	A DOS NEC	ESSITADOS	109
	3.1.	Necessit	tados Econômicos	109
	3.2.	Outras F	ormas de Necessidades e Vulnerabilidades	110
4.	PROMO)ÇÃO DA S	OLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DOS CONFLITOS	112
5.			CIENTIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDA-	114
6.	PROMO	ÇÃO DE A	TENDIMENTO INTERDISCIPLINAR	114
7.	PROMO)ÇÃO DA A	SSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL	115
	7.1.	Recebin	nento dos Autos com Vista	116
	7.2.	Atuação	em Favor de Pessoas Jurídicas	117
8.	REPRES	SENTAÇÃO	PERANTE SISTEMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO	118
	8.1.	Legitimi	dade para Representação	119
		8.1.1.	Legitimidade exclusiva	119
		8.1.2.	Legitimidade universal	120
		8.1.3.	Legitimidade concorrente	120

	8.2.		icia Juridica no Processo Internacional de Direitos Os	120
		8.2.1.	Defensoria Pública brasileira	121
			8.2.1.1. Representação processual	121
			8.2.1.2. Amicus curiae	121
		8.2.2.	Defensor Público Interamericano (DPI)	122
9.	PROMO)ÇÃO DA A	AÇÃO CIVIL PÚBLICA E DEMAIS AÇÕES COLETIVAS	122
	9.1.	-	dade Ativa da Defensoria Pública para Tutela	123
	9.2.	-	ão de Procedimento Administrativo de Tutela	125
	9.3.	Defesa o	da Probidade Administrativa	126
10.	DEFESA	A DOS DIRE	EITOS E INTERESSES DO CONSUMIDOR	126
11.		-	AÇÕES CONSTITUCIONAIS EM DEFESA DAS FUNÇÕES S	127
12.	PROMO)ÇÃO DA N	MAIS AMPLA DEFESA DOS NECESSITADOS	127
13.	DEFES#	A DOS GRU	IPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS	128
14.	ACOMF	PANHAMEN	NTO DO INQUÉRITO POLICIAL	128
	14.1.	Comunic	cação Imediata da Prisão em Flagrante	129
	14.2.	Investiga	ação Criminal Defensiva	129
15.	PATRO	CÍNIO DA A	AÇÃO PENAL PRIVADA E SUBSIDIÁRIA	130
16.	EXERCÍ	CIO DA CU	JRADORIA ESPECIAL	131
17.	-		STABELECIMENTOS POLICIAIS, PENITENCIÁRIOS E DE	131
	17.1.	Deveres	s dos Estabelecimentos	132
	17.2.	Prerroga	ativas Específicas dos/as Defensores/as	132
18.			RESERVAÇÃO E REPARAÇÃO DOS DIREITOS DAS	133
19.			IZADOS ESPECIAIS	
20.	PARTIC	IPAÇÃO EN	M CONSELHOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS	134

21.	RECEBI	MENTO E EXECUÇÃO DAS VERBAS SUCUMBENCIAIS	134
	21.1.	Destinação dos Honorários	13
	21.2.	Condenação da Pessoa Jurídica de Direito Público da qual Pertença a Defensoria Pública: análise crítica e superação da Súmula 421 do STJ	136
22.	CONVO	CAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	138
23.		R NÃO EXAUSTIVO DAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFEN-	138
24.		MENTOS E GARANTIAS PARA O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES INSTI- AIS	139
	24.1.	Exercício em Face de Pessoa Jurídica de Direito Público	139
	24.2.	Transação, Mediação e Conciliação na Defensoria	140
	24.3.	Modelo Público de Assistência Jurídica	140
	24.4.	Capacidade Postulatória do Membro da Defensoria	14
		24.4.1. (Des)Necessidade de Inscrição na OAB	142
	24.5.	Garantia de Assento Paritário ao Ministério Público	144
	24.6.	Aferição das Hipóteses de Atuação Institucional	14
	24.7.	Documento Funcional	146
CAPÍ	TULO VII	DIREITOS DOS ASSISTIDOS DA DEFENSORIA PÚBLICA	147
1.	INTROD	UÇÃO	147
2.	DIREITO	À INFORMAÇÃO	147
3.	DIREITO	À QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO ATENDIMENTO	148
4.	DIREITO	DE RECURSO EM CASO DE RECUSA DE ATUAÇÃO	149
5.	DIREITO	AO DEFENSOR NATURAL	150
6.	DIREITO	À ATUAÇÃO DE DISTINTOS DEFENSORES	15
		▶ ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS E PRERROGATIVAS DOS MEMBROS RIA PÚBLICA	163
1.		UÇÃO	153 153
2.		ÇÕES DOS/AS DEFENSORES/AS PÚBLICOS/AS	15
		Atendimento às Partes Interessadas	15/

	2.2.	Postular pela Gratuidade da Justiça aos Necessitados	154
	2.3.	Buscar a Conciliação das Partes	154
	2.4.	Acompanhar e Comparecer aos Atos Processuais	154
	2.5.	Interpor Recurso e Promover Revisão Criminal	155
	2.6.	Defender Acusados em Processos Disciplinares	155
	2.7.	Participar do Conselho Penitenciário	15
	2.8.	Certificar a Autenticidade de Cópias e Documentos	156
	2.9.	Atuar nos Estabelecimentos Penais	156
3.	GARAN	ITIAS DOS/AS DEFENSORES/AS PÚBLICOS/AS	156
	3.1.	Independência Funcional	157
	3.2.	Inamovibilidade	158
	3.3.	Irredutibilidade de Vencimentos	159
	3.4.	Estabilidade	160
4.	PRERR	OGATIVAS DOS/AS DEFENSORES/AS PÚBLICOS/AS	161
	4.1.	Intimação Pessoal, com Vista dos Autos	162
	4.2.	Contagem em Dobro dos Prazos	164
	4.3.	Restrições à Prisão	160
		4.3.1. Comunicação ao Defensor Público-Geral	160
		4.3.2. Recolhimento em Prisão Especial	160
	4.4.	Uso de Vestes Talares e Insígnias Privativas	167
	4.5.	Vista Pessoal de Processos fora do Cartório	167
	4.6.	Comunicação Pessoal e Reservada com Assistidos	167
	4.7.	Examinar Autos de Flagrantes, Inquéritos e Processos	168
	4.8.	Manifestação por meio de Cota	169
	4.9.	Poder de Requisição para Autoridades Públicas	169
		4.9.1. Poder de requisição para entidades privadas	170
		4.9.2. Constitucionalidade do poder de requisição	170
	4.10.	Representação Processual Independentemente de	

		Mandato	4
		4.10.1. Exceções: necessidade de poderes especiais 172	4
	4.11.	Deixar de Patrocinar a Demanda	5
	4.12.	Tratamento Isonômico com Magistrados e demais Funções Essenciais	5
	4.13.	Prévio Ajustamento para Oitiva como Testemunha 176	5
	4.14.	Comunicação da Investigação Criminal	7
	4.15.	Outras prerrogativas previstas em legislações estaduais	7
		4.15.1. (In)Constitucionalidade do forro por prerrogativa de função	3
		DEVERES, PROIBIÇÕES E IMPEDIMENTOS FUNCIONAIS DOS A DEFENSORIA	ı
1.	INTROD	UÇÃO183	L
2.	DEVERE	S DOS/AS DEFENSORES/AS PÚBLICO/AS	L
	2.1.	Residência na Localidade de Exercício das Funções 182	2
	2.2.	Desempenho das Funções com Zelo e Presteza 183	3
	2.3.	Comunicação das Irregularidades 183	3
	2.4.	Fornecimento de Informações Solicitadas 182	4
	2.5.	Presença no Órgão de Atuação e nos Atos Judiciais 182	4
	2.6.	Reconhecimento das Situações de Impedimento e Suspeição	5
	2.7.	Interposição de Recursos e Ajuizamento de Revisão Criminal	5
3.	PROIBIÇ	ÕES AOS/ÀS DEFENSORES/AS PÚBLICOS/AS186	5
	3.1.	Exercício da Advocacia	7
	3.2.	Prática de Atos Contrários às Funções do Cargo ou seus Princípios Éticos	7
	3.3.	Recebimento Pessoal de Honorários, Percentagens ou Custas	3

	3.4.	mercial
	3.5.	Exercício de Atividade Político-partidária, caso atue perante Justiça Eleitoral
4.	HIPÓT	ESES DE IMPEDIMENTOS DOS/AS DEFENSORES/AS PÚBLICOS/AS
5.	HIPÓT	eses de suspeição dos/as defensores/as públicos/as
		▶ RESPONSABILIDADE FUNCIONAL DOS MEMBROS DA DEFEN-
1.		DUÇÃO
2.	FISCAL	LIZAÇÃO DA ATIVIDADE FUNCIONAL DOS/AS DEFENSORES/AS
	2.1.	Correição Ordinária
	2.2.	Correição Extraordinária
3.	INFRA	ÇÕES DISCIPLINARES
4.	PROCE	EDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
5.	SANÇĈ	ĎES
	5.1.	Advertência
	5.2.	Suspensão Temporária
	5.3.	Remoção Compulsória
	5.4.	Demissão ou Cassação da Aposentadoria
	5.5.	Prescrição das Sanções
6.	REVISA	ÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
7.	INAPL	ICABILIDADE DO ESTATUTO DA OAB
640	í o .v.	
		I > DEFENSORIA PÚBLICA E A DEFESA DOS VULNERÁVEIS
1.		DUÇÃO
2.		ÇÃO CONSTITUCIONAL PARA TUTELA DOS NECESSITADOS E VUL- /EIS
3.	DEFEN	ISORIA PÚBLICA COMO CUSTOS VULNERABILIS
	3.1.	Sentido Genérico
	3.2.	Sentido Específico (intervenção custos vulnerabilis)

4.	INTERV	ENÇÃO CU	ISTOS VULNERABILIS	202
5.	DEFENS	SORIA PÚB	LICA COMO AMICUS COMMUNITAS	204
		PA	rte II – Defensoria pública da União	
CAP	ÍTULO I ▶	ORGANIZ	AÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	209
1.	INTROD	UÇÃ0		209
	1.1.	Lei Com	plementar no 80/94	209
2.	ÂMBITO	DE ATUA	ÇÃO DPU	210
3.	ESTRUT	URA ORGA	ANIZACIONAL DA DPU	212
	3.1.	Órgãos (da Administração Superior	212
		3.1.1.	Defensoria Pública-Geral da União	212
		3.1.2.	Subdefensoria Pública-Geral da União	214
		3.1.3.	Conselho Superior da Defensoria Pública da União	215
		3.1.4.	Corregedoria-Geral da Defensoria Pública da União	217
	3.2.	Órgãos (de Atuação	219
		3.2.1.	Defensoria Pública da União nos Estados, DF e Territórios	220
		3.2.2.	Núcleos da Defensoria Pública da União	221
	3.3.	Órgãos (de Execução	221
		3.3.1.	Defensores/as Públicos/as Federais nos Estados, no DF e Territórios	222
4.	CARRE	RA DE DE	FENSOR/A PÚBLICO/A FEDERAL	223
	4.1.	Escalona	amento na Carreira	223
	4.2.	Ingresso	na Carreira	223
		4.2.1.	Registro na OAB e Tempo de prática jurídica exigida	224
	4.3.	Nomeaç	ão, Posse e Lotação Inicial na Carreira	225
	4.4.	Promoçã	ão dos Membros da DPU	225

	4.5.	Remoçã	io dos Membros da DPU	
	4.6.	Direitos	dos Membros da DPU	
		4.6.1.	Remuneração	
		4.6.2.	Férias	
		4.6.3.	Afastamentos	
5.	ESCOLA	SUPERIO	OR DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (ESDPU)	
			` ,	
		PARTE II	I – DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	
CAP	ÍTULO I	▶ ORGA	NIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO	
FEDI	ERAL			
1.	INTROD	UÇÃ0		
2.	ÂMBITO	DE ATUA	ΛÇÃO	
3.	ESTRUT	URA ORG	ANIZACIONAL DA DPDF	
	3.1.	Órgãos	da Administração Superior	
		3.1.1.	Conselho Superior (CS)	
		3.1.2.	Defensoria Pública-Geral (DPG)	
			3.1.2.1. Subdefensoria Pública-Geral	
		3.1.3.	Corregedoria-Geral (CG)	
		3.1.4.	Conselho de Administração do Fundo de Apoio e Aparelhamento do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal (CAProjur)	
		3.1.5.	Escola de Assistência Jurídica (Easjur)	
	3.2.	Órgãos	de Assessoramento Superior	
	3.3.	Órgãos	de Execução	
	3.4.	Órgãos	de Administração	
	3.5.	Órgãos	de Apoio Técnico	
	3.6.	Órgão A	uxiliar: Ouvidoria-Geral (OV)	
4.	CARREI	ra de de	FENSOR/A PÚBLICO/A DO DISTRITO FEDERAL	
	4.1.	Escalon	amento na Carreira	
	4.2.	Ingress	o na Carreira	
	4.3.	Nomea	ção, Posse e Lotação Inicial na Carreira	

	4.4.	Promoç	ão dos Membros da DPDF	25
	4.5.	Remoçã	io dos Membros da DPDF	25
	4.6.	Direitos	dos Membros da DPDF	25
		PAR	TE IV – DEFENSORIA PÚBLICA DOS ESTADOS	
			S GERAIS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS DEFENSORIAS	25
1.	INTROI	DUÇÃO		25
2.	ÂMBIT	O DE ATUA	ΛÇÃO	25
3.			OBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS DEFENSO-	25
	3.1.	Órgãos	da Administração Superior	26
		3.1.1.	Defensoria Pública-Geral do Estado	26
		3.1.2.	Subdefensoria Pública-Geral do Estado	20
		3.1.3.	Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado	20
		3.1.4.	Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado	20
	3.2.	Órgãos	de Atuação	20
		3.2.1.	Defensorias Públicas do Estado	2
		3.2.2.	Núcleos da Defensoria Pública do Estado	2
	3.3.	Órgãos	de Execução	2
		3.3.1.	Defensores/as Públicos/as do Estado	2
	3.4.	Órgão A	uxiliar	2
		3.4.1.	Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado	2
4.	CARRE	IRA DE DE	FENSOR/A PÚBLICO/A DO ESTADO	20
	4.1.	Escalon	amento na Carreira	20
	4.2.	Ingress	о па Carreira	2
		4.2.1.	Tempo de prática jurídica exigida	2
		4.2.2.	Curso oficial de preparação à carreira	2

	4.3.	Nomeação e Escolha de Vagas	2
	4.4.	Promoção dos Membros	2
	4.5.	Remoção dos Membros	2
	4.6.	Direitos dos Membros	2
		4.6.1. Remuneração	2
		4.6.2. Férias	2
		4.6.3. Afastamentos	:
5.	ESCOLA	S DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS DOS ESTADOS	:
	P	ARTE V – TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA	
CAPÍ	TULO I >	NOÇÕES GERAIS SOBRE TESES INSTITUCIONAIS	:
1.	INTROD	UÇÃO	:
2.	PROCED	DIMENTOS PARA PRODUÇÃO DE TESES INSTITUCIONAIS	:
3.	INDEPE	NDÊNCIA FUNCIONAL DO/A DEFENSOR/A PÚBLICO/A	
	3.1.	Impossibilidade de Desrespeito à Tese Institucional por Convicção Pessoal	
	3.2.	Desrespeito à tese institucional por estratégia jurídica ou por prejudicialidade aos interesses da parte assistida pelo/a defensor/a	
4.	LITIGÂN	CIA ESTRATÉGICA E TESES INSTITUCIONAIS	
CAPÍ	TULO II	DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS	:
1.		NSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO	
2.		NSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PA-	
3.		INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA	
CAPÍ	TULO III	▶ DIREITO CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E FAZENDA PÚBLICA	
1.		NSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO	
2.		INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE	:

	BAHIA
	ENUNCIADOS DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
	TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
•	TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE TOCANTINS
ΑPİ	TULO IV ▶ DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
	TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
	TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
	TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
	teses institucionais da defensoria pública do estado de goiás
۱Pi	TULO V ▶ DIREITO PENAL, PROCESSUAL PENAL E EXECUÇÃO PENAL
	TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
	TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PA- RANÁ
	TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
	TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
	AMAZONAS TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE
	AMAZONAS TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE TO-
	AMAZONAS TESES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS